

FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL EDITAL CONCESSÃO DE NOVAS BOLSAS AUTODECLARADOS PRETOS OU PARDOS Nº 05/2024

Edital de Bolsa de Estudos com recursos decorrentes da condição de Entidade Beneficente de Assistência Social conforme a Legislação Federal: Lei Complementar nº 187/ 2021 e demais disposições legais e critérios institucionais.

PROCESSO SELETIVO PARA GRADUAÇÃO 2024-2, para concessão de bolsa a estudantes autodeclarados pretos ou pardos e em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público, sediada em Porto Alegre/RS, de acordo com a Resolução do Conselho Administrativo de sua Mantenedora, Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul, estabelece **a concessão de vagas destinadas exclusivamente** à candidatos(as) autodeclarados(as) pretos(as) ou pardos(as) em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 3 (três) salários-mínimos nacional por pessoa componente do grupo familiar.

As inscrições para o Processo Seletivo somente são válidas para o ingresso no **segundo semestre letivo de 2024**, do Curso de Direito - Bacharelado, com renovação de reconhecimento publicada pela Portaria MEC nº 207/2020, publicada no DOU em 7/7/2020, iniciando as inscrições em **10/07/2024 a 15/07/2024**, impreterivelmente, mediante ao preenchimento do formulário próprio de autodeclaração, de acordo com os critérios abaixo assinalados.

1. **Disposições Iniciais:**

- O Processo Seletivo destina-se aos (as) candidatos (as) que concluíram o Ensino Médio até a data prevista para a entrega de documentos, no período de matrículas.
- A seleção para o provimento das vagas destinadas aos ingressos por: vestibular, ENEM, transferência de universidade será destinado **EXCLUSIVAMENTE aos CANDIDATOS AUTODECLARADOS PRETOS OU PARDOS, EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA.**

- O processo seletivo ocorrerá somente no formato on-line e o documento de solicitação de benefício e o de autodeclaração deverão ser preenchidos, impressos e assinados. A documentação solicitada deverá ser enviada somente no formato PDF.
- O (a) candidato (a) deverá informar obrigatoriamente no Documento de Solicitação de Benefício, o contexto do seu grupo familiar, bem como o motivo de sua solicitação.
- O (a) candidato (a) que desejar concorrer às vagas destinadas à concessão de bolsas socioeconômicas parciais (50%) deverá comprovar renda bruta familiar mensal menor ou igual até 03 salários mínimos.
- Para a análise da condição socioeconômica do grupo familiar, serão considerados rendimentos de origem de trabalho de pessoa física, pessoa jurídica, estágio curricular obrigatório ou não, rendimento de aluguel de imóveis, investimentos financeiros e demais recursos patrimoniais agregados (automóveis, imóveis, aplicações financeiras entre outros).
- Os (as) candidatos (as) com 24 anos ou menos, que se declararam sozinhos (as) no momento da inscrição, deverão apresentar também as documentações dos pais, independente se estão emancipados ou com outro núcleo familiar constituído.

2. Disposições Gerais:

- Os candidatos selecionados para as vagas deste edital terão direito a uma bolsa de estudos, **com percentual de 50%** sobre o valor das mensalidades.
- Para manter o benefício de 50% de bolsa até o final do curso, o (a) acadêmico (a) deverá cumprir as condições estabelecidas no Termo de Ciência e Compromisso sobre a Concessão de bolsa de Estudos, com aprovação em 75% das disciplinas cursadas em cada semestre, no caso

de descumprimento dos critérios nele estabelecidos poderá acarretar ao acadêmico na perda automática ou não renovação do benefício.

- A inadimplência no pagamento posterior a obtenção da bolsa, de qualquer das mensalidades, acarretará a perda do benefício obtido, fazendo incidir todos os ônus decorrentes do inadimplemento.
- Situações excepcionais serão resolvidas pelo Conselho Administrativo da Fundação, ouvida a Direção e Coordenação da graduação da Faculdade.
- A renovação do benefício também será condicionada à comprovação da condição de vulnerabilidade social, portanto a IES poderá solicitar novos documentos semestralmente ou anualmente.
- Os documentos exigidos para concorrer às vagas deste edital são de apresentação obrigatória e não isenta o (a) candidato(a) do dever de apresentar documentação original e complementar que venha a ser solicitada durante o processo de análise individual.
- O envio dos documentos solicitados neste edital deverá ser realizado através do e-mail do Setor de benefícios: beneficios@fmp.com.br.
- A Assistente Social, responsável pela análise dos documentos, retornará ao (a) candidato (a), confirmando o recebimento da documentação ou sinalizado os documentos faltantes, o prazo de retorno será de **15 (quinze dias)**, a contar data do registro da documentação completa. Excepcionalmente, este prazo poderá ser prorrogado pela FMP.
- Não serão aceitas e homologadas inscrições com qualquer pendência na documentação, acarretando a reprovação neste processo seletivo.
- Em caso de dúvidas referentes ao edital, solicitamos que as mesmas sejam encaminhadas ao e-mail beneficios@fmp.com.br, que serão atendidas o mais breve possível.

- O (a) candidato (a) selecionado deverá matricular-se, no mínimo, em **12 créditos** por semestre, mas caso seja contemplado com bolsa integral a matrícula deverá ser em no mínimo de **20 créditos**, exceto que a Instituição não disponha de vagas para tal, assim sendo liberado de acordo com a quantidade de créditos disponível no período de matrícula.
- Na aferição das informações prestadas pelo (a) candidato (a), a Assistente Social da instituição analisará a pertinência e a veracidade das informações prestadas, podendo solicitar entrevista ou visita domiciliar, bem como poderá solicitar outros documentos comprobatórios da situação socioeconômica do (a) candidato (a) e de sua família, para identificar o perfil e subsidiar o parecer social.

3. Cópias dos documentos de TODOS os integrantes do grupo familiar, inclusive do(a) candidato(a):

- a) São considerados comprovantes de identificação ao menos um dos documentos abaixo:
- ✓ Carteira de Identidade fornecida pelos órgãos de Segurança Pública das Unidades da Federação.
 - ✓ Carteira Nacional de Habilitação, novo modelo, dentro do prazo de validade.
 - ✓ Carteira Funcional emitida por repartições públicas ou por órgãos de classe dos profissionais liberais, com fé pública reconhecida por Decreto.
 - ✓ Identidade Militar, expedida pelas Forças Armadas ou Forças Auxiliares para seus membros ou dependentes.
 - ✓ Registro Nacional de Estrangeiros – RNE.
 - ✓ Passaporte emitido no Brasil.
- b) CPF do (a) candidato (a) e dos demais membros do grupo familiar (caso o CPF já conste no documento de identificação, não é necessário fazer cópia separadamente).

- c) Comprovante de Residência OBRIGATÓRIO atualizado de TODOS os membros do grupo familiar. São considerados comprovantes de residência ao menos um dos documentos abaixo:
- ✓ Contas de água, gás, energia elétrica ou telefone (fixo ou móvel) em nome do candidato ou seus pais, quando dependente economicamente.
 - ✓ Contrato de aluguel em vigor, com firma do proprietário do imóvel reconhecida em cartório, acompanhado de um dos comprovantes de conta de água, gás, energia elétrica ou telefone em nome do proprietário do imóvel.
 - ✓ Demonstrativo ou comunicado do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ou da Receita Federal do Brasil – SRFB.
 - ✓ Guia ou carnê do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU.
 - ✓ Fatura de cartão de crédito, atualizada.
- d) Comprovantes de rendimentos do (a) candidato (a) e dos demais integrantes de seu grupo familiar, referentes às pessoas físicas e a eventuais pessoas jurídicas vinculadas. Para cada caso abaixo, todos os documentos devem ser apresentados:
- **No caso de assalariados:**
 - Três últimos contracheques, no caso de renda fixa.
 - Seis últimos contracheques, quando houver pagamento de comissão ou de hora extra.
 - Extrato do PASEP, no caso de funcionário público.
 - **No caso de desempregados:**
 - Termo de rescisão de Contrato de Trabalho, se desempregado há menos de 02 anos.
 - Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) **SOMENTE**

FORMATO DIGITAL, com o registro da data de saída do último contrato de trabalho.

- Comprovante de encaminhamento e parcelas a receber do seguro-desemprego emitido pelo Ministério do Trabalho.
- Declaração emitida de próprio punho informando que está na condição de desempregado (a) e não possui rendimentos financeiros.
- Declaração emitida de próprio punho autenticada em cartório por terceiros em caso de auxílio financeiro, acompanhado de Carteira de identidade (frente e verso).
- Apresentar Declaração de NADA CONSTA emitida pelo INSS, através do link: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-declaracao-de-beneficiario-consta-nada-consta>.
- Extrato Previdenciário (Cadastro Nacional de Informações Sociais) acesse a página: <https://meu.inss.gov.br/index.html#/extratoprevidenciario> selecionar a opção Ano Civil ou solicitar em agência do INSS

➤ **No caso de estagiário ou jovem aprendiz com remuneração:**

- Termo de Compromisso de Estágio, atualizado.
- 03 (três) últimos comprovantes de recebimento.
- Extrato Previdenciário (Cadastro Nacional de Informações Sociais) acesse a página: <https://meu.inss.gov.br/index.html#/extratoprevidenciario> selecionar a opção Ano Civil ou solicitar em agência do INSS.

➤ **No caso de atividade rural:**

- Declaração de IRPF, cópia completa do exercício 2023 - ano calendário 2022, acompanhada do recibo de entrega à Receita

Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver.

- Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ, cópia completa do exercício 2023 - ano calendário 2022.
 - Quaisquer declarações tributárias referentes a pessoas jurídicas vinculadas ao candidato ou a membros de seu grupo familiar, quando for o caso.
 - Extratos bancários identificados dos últimos 03 (três) meses, da pessoa física e das pessoas jurídicas vinculadas.
 - Declaração emitida pelo Sindicato dos Agricultores, ou Contador, informando a renda bruta dos últimos 3 (três) anos, detalhando o que é produzido, a quantidade da produção, a área utilizada e quantas pessoas que vivem dessa atividade.
 - Declaração de faturamento referente aos últimos 6 meses, emitida por Contador (a).
- **No caso de aposentados e pensionistas:**
- Três últimos comprovantes de recebimento de aposentadoria ou pensão emitida pelo órgão pagador.
 - Declaração de IRPF, cópia completa do exercício 2023 - ano calendário 2022, acompanhadas dos recibos de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver.
 - No caso de CONSTAR BENEFÍCIO pelo INSS, apresentar a declaração positiva emitida pelo INSS e o Histórico de Crédito de Benefício dos 03 últimos meses, emitido pela página: <https://meu.inss.gov.br/central/#/login?redirectUrl=/>.
Se houver dificuldade no acesso, você deve se dirigir a uma agência do INSS para a solicitação do mesmo. Verifique uma

agência através do localizador de Agências da Previdência Social:

<https://meu.inss.gov.br/central/#/aberto/localizador.aps>

- Carteira de Trabalho e Previdência Social SOMENTE FORMATO DIGITAL emitida pelo aplicativo da Carteira de Trabalho digital.

➤ **No caso de autônomos:**

- Declaração de IRPF, cópia completa do exercício 2023 - ano calendário 2022, acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver.
- Quaisquer declarações tributárias referentes a pessoas jurídicas vinculadas ao candidato ou a membros de seu grupo familiar, quando for o caso.
- Guias de recolhimento ao INSS com comprovante de pagamento do último mês, compatíveis com a renda declarada.
- Registro de identificação/inscrição em outras atividades (artesão, vendedor ambulante, pescador, feira livre e correlatos).
- Declaração de Autônomo emitida de próprio punho constando os rendimentos mensais brutos referentes aos três últimos meses.
- Apresentar Declaração de NADA CONSTA emitida pelo INSS, através do link: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-declaracao-de-beneficiario-consta-nada-consta> .
- Extrato Previdenciário (Cadastro Nacional de Informações Sociais) acesse a página:

<https://meu.inss.gov.br/index.html#/extratoprevidenciario>

selecionar a opção Ano Civil ou solicitar em agência do INSS.

➤ **No caso de informais:**

- Declaração de IRPF, cópia completa do exercício 2023 - ano calendário 2022, acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver. Em caso de isenção do Imposto de Renda de Pessoa Física, imprimir ou printar o documento que se encontra no site do Gov.br:
<https://www.gov.br/pt-br/servicos/consultar-restituicao-de-imposto-de-renda> no qual consta a seguinte frase: “Não há informação para o exercício informado”, solicitar exercício 2023.
- Extratos bancários com identificação, dos últimos 03 (três) meses.
- Declaração de atividade informal emitida de próprio punho constando os rendimentos mensais bruto referentes aos três últimos meses.
- Apresentar Declaração de NADA CONSTA emitida pelo INSS, através do link: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-declaracao-de-beneficiario-consta-nada-consta> .
- Extrato Previdenciário (Cadastro Nacional de Informações Sociais) acesse a página:
<https://meu.inss.gov.br/index.html#/extratoprevidenciario>
selecionar a opção Ano Civil ou solicitar em agência do INSS.
- Em caso de motoristas de aplicativos apresentar o resumo fiscal referente aos três últimos meses, fornecidos pelos respectivos aplicativos.

➤ **No caso de profissionais liberais:**

- Declaração de IRPF, cópia completa do exercício 2023- ano calendário 2022, acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver.
- Quaisquer declarações tributárias referentes a pessoas jurídicas vinculadas ao candidato ou membros de seu grupo familiar, quando for o caso.
- Guias de recolhimento ao INSS com comprovante de pagamento do último mês, compatíveis com a renda declarada.
- Apresentar declaração de NADA CONSTA emitida pelo INSS, através do link: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-declaracao-de-beneficiario-consta-nada-consta>.
- Extrato Previdenciário (Cadastro Nacional de Informações Sociais) acesse a página: <https://meu.inss.gov.br/index.html#/extratoprevidenciario> selecionar a opção Ano Civil ou solicitar em agência do INSS.

➤ **No caso de sócios e dirigentes de empresas:**

- Três últimos contracheques de remuneração mensal.
- Declaração de IRPF, cópia completa do exercício 2023 – ano calendário 2022, acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver.
- Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ, cópia completa do exercício 2023 - ano calendário 2022.
- Quaisquer declarações tributárias referentes a pessoas jurídicas vinculadas ao candidato ou a membros de seu grupo

familiar, quando for o caso.

- Extratos bancários com identificação dos últimos três meses, pelo menos, da pessoa física e das pessoas jurídicas vinculadas.
- Contrato Social constando a última alteração e DECORE (original), declaração fornecida por contador inscrito no CRC, constando dados pessoais, tipo de atividade que exerce local, endereço e retirada mensal dos últimos três meses. Na ausência de DECORE, poderá ser apresentado pró-labore dos últimos três meses. Anexar declaração do último exercício fiscal.
- DEFIS - Declaração Anual Simples Nacional para empresas enquadradas no Simples Nacional ou SPED – ECF (Sistema Público de Escrituração Digital - Escrituração Contábil Fiscal).
- Se Microempreendedor Individual (MEI): declaração de pró-labore ou DECORE, Certificado de Condição de Microempreendedor Individual, Declaração Anual do Simples. Relatório referente aos 03 últimos meses de Renda Bruta disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor/servicos-para-mei/relatorio-mensal>.
- Se a empresa estiver inativa, apresentar documento de Inatividade da empresa e /ou documento de baixa da empresa.
- Faturamento referente aos últimos 6 meses, emitidos por Contador (a).

➤ **No caso de rendimentos de aluguel ou arrendamento de bens móveis e imóveis:**

- Declaração de IRPF, cópia completa do exercício 2023 - ano calendário 2022, acompanhada do recibo de entrega à Receita

Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver.

- Contrato de locação ou arrendamento devidamente registrado em cartório acompanhado dos três últimos comprovantes de recebimentos.

e) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) SOMENTE FORMATO DIGITAL do (a) candidato (a) e de TODOS os integrantes do grupo familiar com 16 anos ou mais emitida pelo aplicativo da Carteira de Trabalho Digital.

Obs.: Na ausência da Carteira de Trabalho ou ainda não possuir este documento, solicitar ao INSS (Instituto Nacional da Seguridade Nacional), a cópia do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), de todos os maiores de 16 anos pertencentes ao grupo familiar ou acesse a página: <https://meu.inss.gov.br/index.html#/extrato-previdenciario> selecionar a opção Ano Civil.

f) Extratos Bancários com identificação do (a) candidato (a) e dos demais integrantes do grupo familiar: conta Corrente, Poupança e Aplicação Financeira, referentes aos últimos três meses.

Obs.1: Não serão aceitos extratos incompletos. Se não for possível acessar os últimos 3 (três) meses pelos terminais de autoatendimento ou pela internet, solicitar ao gerente diretamente na agência bancária.

Obs. 2: Em casos em que o candidato ou os membros do grupo familiar não possuam nenhum vínculo com instituições bancárias, emitir a Certidão Negativa de Relacionamento com o Sistema Financeiro pelo site do Banco Central: <https://www3.bcb.gov.br/nadaconsta/emitirCertidaoCCS>.

g) Declaração de IRPF, cópia completa do exercício 2023-ano calendário 2024 de TODOS integrantes (inclusive menores de idade), acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando for o caso.

Obs. Em caso de isenção do imposto de Renda Pessoa Física, printar a tela do aplicativo, o documento que se encontra no site do Gov. Br: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/consultar-restituicao-de-imposto-de-renda> no qual consta a seguinte frase: “Não há informação para o exercício informado” selecionar exercício 2023.

h) Comprovação da existência de União Estável no grupo familiar, quando for o caso. A comprovação da existência de União Estável no grupo familiar pode ser feita por meio de ao menos um dos documentos abaixo:

- ✓ Atestado de União Estável emitido por órgão governamental.
- ✓ Declaração de imposto de renda em que um dos interessados conste como dependente dos dois últimos impostos de renda.
- ✓ Certidão ou documento similar emitido por autoridade de registro civil.
- ✓ Comprovação de União Estável emitida por juízo competente.
- ✓ Certidão de casamento religioso.
- ✓ Disposições testamentárias que comprovem a união estável.
- ✓ Apólice de seguro de vida na qual conste um dos interessados como instituidor do seguro e o outro como beneficiário, com tempo mínimo de 01 (um) ano.
- ✓ Escritura de compra e venda, registrada no Registro de Propriedade de Imóveis, em que constem os interessados como proprietários, ou contrato de locação de imóvel em que figurem como locatários, com tempo mínimo de 01 (um) ano.
- ✓ Conta bancária conjunta, com tempo mínimo de 01 (um) ano.
- ✓ Certidão de nascimento de filho havido em comum.

- ✓ Em caso de inexistência de união estável emitir declaração de próprio punho.
- i) Comprovante de Separação ou Divórcio dos Pais, ou certidão de Óbito por meio de documentos emitidos ou reconhecidos por órgãos oficiais, no caso de um deles não constar no grupo familiar do candidato. Se houver outros integrantes com casos de separação ou óbito, estes também devem apresentar os comprovantes.
- j) Cópia da decisão judicial, acordo homologado judicialmente ou escritura pública determinando o pagamento ou recebimento de pensão alimentícia, juntamente com os três últimos comprovantes. Para todos os integrantes do grupo familiar que se apresentem nesta situação.
- k) Caso não possua o termo de audiência, o responsável pelo pagamento da pensão alimentícia deverá emitir declaração autenticada em cartório, informando os valores referentes aos últimos 3 meses e apresentar comprovação via extrato bancário/ e ou pix. Para todos os integrantes do grupo familiar que se apresentem nesta situação.
Obs.: o (a) responsável deverá emitir esta declaração mesmo se não realizar o pagamento.
- l) Em caso não receba pensão alimentícia ou não possua vínculo com o responsável, emitir declaração de próprio punho AUTENTICADA EM CARTÓRIO e informar que não recebe auxílio financeiro do (a) genitor (a), idade limite 24 anos.
- m) Certidão positiva ou negativa de Registro de Veículos emitida SOMENTE PELO DETRAN- RS, que comprove a relação de veículo (s) constante (s) no CPF de cada Integrante do grupo familiar – solicitar este documento com PESQUIS CADEIA SUCESSÓRIA. Nos casos em que o grupo familiar possua empresa solicitar a Certidão positiva ou

negativa de Registro de Veículos do CNPJ da empresa (haverá cobrança de taxa).

- n) Candidatos (as) BENEFICIÁRIOS do Programa Social do Governo Federal: apresentar o comprovante de recebimento dos 03 últimos meses, (printar a tela do aplicativo), bem como o número do CADÚNICO.

4. Resultados:

- O resultado desse processo seletivo é válido **exclusivamente** para o ingresso em **2024/2**, no curso de Bacharelado em Direito, até o limite de **vagas ou conforme disponibilidade financeira da Instituição**.
- O resultado desse processo seletivo é válido **exclusivamente** para o ingresso em **2024/2**, no curso de Bacharelado em Direito, até o limite de **vagas ou conforme disponibilidade financeira da Instituição**.
- O resultado desta seleção será enviado por e-mail a cada candidato, com a formalização da concessão ou indeferimento do benefício, **15 (quinze)** dias após o registro de envio da documentação completa. Excepcionalmente, a critério da FMP, este prazo poderá ser prorrogado.

5. Disposições Finais:

- **Do Formulário Socioeconômico:** As informações prestadas pelo (a) candidato (a) no formulário socioeconômico e de autodeclarados, serão de sua inteira responsabilidade. A confirmação da inscrição acarreta a aceitação das normas e procedimentos publicados, através do Edital ou Regulamento, não cabendo, posteriormente, interposição de recursos ou alegação de desconhecimento dessas informações.
- **Sanções:** O (a) candidato (a) poderá ter sua inscrição ou matrícula no curso cancelada a qualquer momento, além de estar sujeito a outras implicações legais, em casos de fraude ou falsidade das informações declaradas, em especial as sanções do código penal.

- A classificação para o preenchimento das vagas do ingresso destinado **EXCLUSIVAMENTE** aos candidatos por Reserva de Vagas, se dará aos candidatos aprovados no **Vestibular tradicional**, para ingressantes através do **ENEM**, por ordem decrescente de classificação e, por ordem de inscrição para análise dos documentos de ingresso por **Transferência, não sendo cumulativos os descontos concedidos para ENEM e Transferência a esse benefício.**
- Caso as vagas não sejam totalmente preenchidas, poderão ocorrer novos Processos de Seleção. A inscrição do candidato indica a aceitação plena das normas estabelecidas neste Edital, no Manual de Candidato, parte integrante deste Edital, na legislação pertinente e no Regimento da Instituição.
- A mera participação do (a) candidato na seleção não gera direito subjetivo à concessão de bolsa pela Instituição.
- O curso oferecido é presencial, de regime semestral e as matrículas são realizadas por disciplinas, conforme matriz curricular apresentada no site.
- Fica o estudante advertido de que a apresentação de documentos ou prestação de informações falsas à instituição implicarão na sua reprovação do processo seletivo, sujeitando-o às penalidades previstas no art. 299 do Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal Brasileiro.
- Os casos omissos neste regulamento serão analisados e dirimidos pelo Conselho Administrativo.

Porto Alegre, junho de 2024.

Dr. Fábio Roque Sbardellotto
Presidente da FMP

Dr. Mauro Luis Silva de Souza
Diretor da Faculdade de Direito da FMP

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://izisign.com.br/Verificar/6D16-2FE1-0EA9-8AC3> ou vá até o site <https://izisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 6D16-2FE1-0EA9-8AC3



Hash do Documento

B278CFD9F85A5A7D3D44C3F67D76ED5251FD6DB42DF21ECA58D0CF50CB584155

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 09/07/2024 é(são) :

- Joseane Mariéle Schuck (Signatário) - 813.363.810-00 em 09/07/2024 17:23 UTC-03:00

Tipo: Assinatura Eletrônica

Identificação: Por email: prof_joseane@fmp.com.br

Evidências

Client Timestamp Tue Jul 09 2024 17:23:04 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

Geolocation Latitude: -30.037322 Longitude: -51.228478 Accuracy: 16

Name Joseane Mariéle Schuck

Email prof_joseane@fmp.com.br

Identifier 81336381000

IdentifierName CPF

IP 8.242.34.146

Hash Evidências:

2632EE5600029D3B08FAFD693C9B28E5B7CA183FDFAEF2F956BAE750588F9AB6

- Fabio Roque Sbardellotto (Presidente FMP) - 391.680.690-49 em 09/07/2024 14:51 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - FUNDACAO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTERIO PUBLICO - 90.090.762/0001-19

